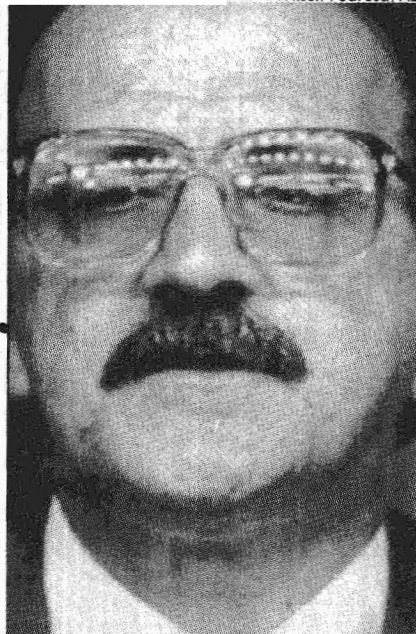




Lima: liberdade para aplicar.



Haddad: sem polemizar.



Krause: hoje os combustíveis.

econ. Brasil

CONJUNTURA

O APERTO VAI CONTINUAR

Taxas de juros só deverão cair a partir de abril de 93

A política de aperto continuará pelo menos até o Carnaval, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Só haverá uma redução geral de juros, com maior espaço para a economia crescer, a partir do segundo trimestre. E isso ocorrerá, acrescentou, somente se for aprovada a reforma tributária em 92. Dinheiro mais barato, neste fim de ano, poderá ser oferecido pelo Banco do Brasil (BB) a empresas pequenas, para capital de giro e especialmente para pagamento do 13º salário. O BB deverá abrir créditos especiais, com juros de 12% ao ano além da Taxa Referencial (TR).

Num encontro com jornalistas da área econômica, em São Paulo, anteontem à noite, Haddad apontou os pontos princi-

pais da agenda do governo. O primeiro passo é vender a idéia da reforma a cada um dos vários grupos de interesse. Isso tornará mais claros os motivos de resistência de cada um. Ao mesmo tempo, o Executivo monta uma estratégia de ação para ser seguida até 1994. As grandes linhas de ação devem ser divulgadas nos próximos dias, com a indicação de estratégias de curto e de longo prazo, de um programa de ação fiscal e de uma política de privatização.

A ação de curto prazo deve incluir uma nova política salarial. A idéia de correção mensal ou de gatilho é rejeitada pelo ministro do Planejamento. Isso causaria problemas ao setor público. Mas nada será divulgado, acrescentou, antes de uma dis-

cussão com o ministro do Trabalho, Walter Barelly, que deverá retornar da Guatemala no fim de semana. Com essa decisão, cancela-se portanto a idéia de divulgar os novos planos nesta sexta-feira.

Além da privatização, a reforma fiscal também prosseguirá no próximo ano. A idéia de reduzir a tributação sobre o sistema produtivo já é parte das mudanças propostas e, na etapa seguinte, será possível defender a substituição do Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS) por um Imposto sobre o Valor Agregado. Também será preciso retomar os contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas o acordo terá de ser rediscutido em bases mais realistas.

JORNAL DA TARDE

2 NOV 1992